

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-09-10

CISION®

1. Verbas do Museu das Descobertas desviadas para o Palácio da Ajuda, Público, 10/09/2019	1
2. Ordem espontânea, Negócios, 10/09/2019	3
3. Ferry já tem lugar no porto de Lisboa, JM, 10/09/2019	5
4. Recomeça Jazz nas Adegas, Terra Ruiva, 30/09/2019	7
5. Festival da Comida Esquecida começa em São Marcos da Serra, Terra Ruiva, 30/09/2019	8
6. Impacto do Brexit, RTP 1 - Bom Dia Portugal, 10/09/2019	10
7. Almargem diz que Cidade Lacustre de Vilamoura "é um dos maiores atentados cometidos sobre o ambiente no Algarve", Algarve Primeiro Online, 10/09/2019	11
8. "Fazer navegável o rio Arade é primordial para a região", Jornal do Algarve Online, 10/09/2019	12
9. Favorecer veículos elétricos entre Algarve e Andaluzia arranca com 300 mil euros, Postal do Algarve Online, 10/09/2019	17
10. Linha de apoio para o Turismo Sustentável, TVI - Diário da Manhã, 10/09/2019	19
11. Medina já tem acordo para novo Centro de Congressos em Lisboa, Dinheiro Vivo Online, 10/09/2019	20



Obras no Palácio da Ajuda vão custar o dobro e nada irá para Descobrimentos

Taxa turística de Lisboa
João Pedro Pincha

Projectos relacionados com os Descobrimentos ficaram sem verbas da taxa turística de Lisboa, que vai dar mais 10 milhões à Ajuda

Três anos depois da sua primeira apresentação pública, o projecto de obras no Palácio Nacional da Ajuda está agora orçamentado em 29,7 milhões de euros, quase o dobro do que se previu inicialmente (15 milhões).

O montante é revelado numa proposta que a câmara de Lisboa aprovou no fim de Julho e que hoje será debatida na assembleia municipal. Segundo o documento, as obras no palácio, que visam rematar a fachada ocidental e instalar ali o tesouro da casa real portuguesa, custarão 26,5 milhões de euros, a que se somam 3,2 milhões para arranjos na Calçada da Ajuda.

A principal fonte de financiamento destes trabalhos é o Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa, alimentado pela taxa turística sobre as dormidas na cidade. A proposta que a autarquia aprovou - e sobre a qual os deputados municipais se vão debruçar - diz respeito a reforços e reduções das verbas que saem deste fundo para vários projectos.

Para a obra da Ajuda estão destinados 18,2 milhões de euros da taxa turística, o que representa um reforço a rondar os 10 milhões face ao orçamento inicial. Este aumento justifica-se, em parte, com a inclusão da requalificação da Calçada da Ajuda (3,2 milhões) no projecto, que antes não a contemplava.

Por outro lado, lê-se na proposta, houve "um conjunto significativo de condicionantes" durante o processo. "Designadamente a revisão do preço base do concurso, uma vez que no primeiro concurso todos os concorrentes apresentaram propostas de valor superior ao preço base, a necessidade de dar cumprimento às recomendações do consultor para a segurança, o aumento exponencial dos valores inerentes aos materiais - como o preço do aço no mercado internacional, equipamentos e mão-de-obra, resultantes da actual conjuntura do mercado."



As obras no palácio visam rematar a fachada ocidental

Além deste reforço de verbas provenientes da taxa turística, também a Associação de Turismo de Lisboa (ATL) aumentou o seu investimento directo na obra, passando dos cinco para os 7,5 milhões. Apenas o montante que provém do Ministério da Cultura não se alterou: continuam a ser os quatro milhões de euros garantidos pelo seguro das jóias da coroa roubadas em Haia em 2002.

Esta não é a primeira vez que o valor da empreitada da Ajuda é revisito em alta. Em Março de 2018, o director-geral da ATL revelou que o custo tinha subido dos 15 para os 21 milhões de euros. Vítor Costa referiu três motivos: as "recomendações de segurança da consultora internacional" contratada para acompanhar a idealização das caixas fortes onde ficarão as peças de ourivesaria da casa real (uma colecção com mais de 7000 objectos); a valorização do espaço público da Calçada da Ajuda e a construção de um restaurante.

Descobrimentos sem verbas

As verbas da taxa turística destinam-se, segundo as novas regras aprovadas pela câmara municipal, ao "desenvolvimento do turismo na cidade de Lisboa, numa perspectiva de crescimento sustentável e a prazo". Essas normas incluem agora uma alínea que prevê o apoio a projectos que contribuam para "reforçar as estruturas da cidade com maior impacto da actividade turística".

Entre reforços, reduções e novas iniciativas, o bolo de investimentos da taxa turística subiu dos 57,3 milhões de euros orçamentados em 2016 para os 71,9 milhões.

Para lá do Palácio da Ajuda, também as obras na Estação Sul e Sueste conheceram um reforço de verbas, contando agora com 7,6 milhões da taxa turística e 1,3 milhões da ATL (num total de 8,9 milhões de euros). A isto somam-se quatro novas iniciativas, relacionadas com aquela estação e com a Doca da Marinha, que terão uma comparticipação de 12,4 milhões de euros.

Em sentido contrário, os projectos ligados aos Descobrimentos ficaram praticamente sem as verbas que lhes estavam destinadas. O chamado Pólo Descobrir, que tinha uma dotação inicial de 5,2 milhões, recebeu apenas 283 mil euros, já executados. Esta foi uma ideia apresentada por Fernando Medina em 2015 que consistia na instalação de um núcleo museológico em forma de nau na Ribeira das Naus para "contar bem" a história dos Descobrimentos.

A iniciativa viria mais tarde a ser chumbada pela Direcção-Geral do Património Cultural e, apesar de a autarquia ter garantido que estava "a trabalhar com os organismos da Cultura com vista à definição de um programa que, cumprindo os diversos requisitos, [pudesse] disponibilizar à cidade um equipamento cultural da maior importância para a compreensão e difusão das Descobertas", nada mais se soube dela.

Também sem financiamento da taxa ficaram "outros núcleos dedicados aos Descobrimentos". Com uma dotação inicial de 173 mil euros, esta rubrica está agora a zeros.



Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.732 • 1,30€ • Terça-feira, 10 de Setembro de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos

Público

Transplantes
Fígados vão poder ser preservados durante 27 horas

Ciência, 31



Motelx
A 13.ª edição do festival avança com filmes que vão para lá do terror

Cultura, 32/33

Futebol
Portugal tenta num tapete sintético a aproximação ao primeiro lugar do grupo

Desporto, 44/45

Verbas do Museu das Descobertas desviadas para o Palácio da Ajuda

Custo das obras no Palácio da Ajuda duplicam. Câmara de Lisboa tira verbas afectas ao Pólo das Descobertas, que previa, entre outros equipamentos, um museu, para as realizar. Projecto sai da agenda **Local, 21**

Erasmus defendido por António Costa foi chumbado pelo PS

António Costa prometera no sábado, em Vila Real, um programa Erasmus para levar estudantes universitários ao interior. O PSD tinha proposto uma medida idêntica em Março. Foi chumbada pelo PS **p10**



Disorder
John Bercow anuncia saída no dia em que o Parlamento fecha as portas

Mundo, 27

Campanha ameaçada por multiplicação de trolls e bots

Recurso a contas e conteúdos falsos para influenciar debate político preocupa partidos **p8/9**

Ursula Van der Leyen apresenta a sua Comissão paritária hoje

A nova Comissão terá tantos homens como mulheres. Elisa Ferreira dada como certa na Política Regional **p26**



Concorrência impõe à banca a maior multa de sempre

Regulador aplica coimas de 225 milhões a 14 bancos, por troca de informação sensível sobre créditos **p22/23**

Taxas dos tribunais valem apenas 20% da receita da Justiça

Receitas do ministério subiram 12% em três anos. Registos e notariado são a principal fonte **p2/3**

ISSN-0872-1548

ORDEM
ESPONTÂNEAADOLFO MESQUITA NUNES
Advogado

Porque subimos tanto na competitividade do turismo?

De 2008 a 2013, Portugal foi caindo sucessivamente no ranking de competitividade turística do Fórum Económico Mundial – o mais importante e consistente ranking de competitividade do setor do turismo.

Todos os rankings têm falhas, e este terá as suas. Mas este tem a vantagem de ser estável e de fornecer tendências: em 2008, Portugal estava em 15.º lugar, e foi caindo sucessivamente até ao 20.º lugar em 2013, numa caminhada imparável de perda de competitividade.

Até que, à conta de reformas que começaram em 2012, o país deu um inédito salto de cinco lugares: em 2015, dois simples anos depois do ranking anterior, Portugal estava em 15.º lugar. De então para cá, tem sido sempre a subir: em 2017 passámos para 14.º, e este ano passámos para 12.º – o melhor lugar de sempre. Estamos no bom caminho.

Note-se que este é um ranking que avalia políticas públicas, e que, portanto, não está sustentado no número de turistas e no número de chegadas. Avalia, por isso, aquilo que os

governos e as autoridades públicas fizeram em prol da competitividade do setor.

É por isso que sei bem a que devemos esta subida: porque liberalizámos e abrimos o setor do turismo como nunca, porque simplificámos e desburocratizámos, porque despoliticizámos, porque nos centrámos no setor privado e não no setor público, porque confiámos nas empresas. E estas fizeram o que sempre fazem quando o Estado dá espaço, deram de si, trabalharam mais e melhor, fizeram do país um dos mais competitivos destinos do mundo.

Que reformas foram essas, feitas entre 2011 e 2015, que permitiram um salto tão grande, uma tão absoluta inversão de tendência?

Foram várias, e aqui ficam algumas, todas feitas no âmbito de uma redução de 30% da despesa, e com oposição de vários incumbentes:

a) A reorganização administrativa, com a extinção de entidades regionais e polos regionais de turismo, racionalizando e organizando as políticas;

b) A modernização da legislação sobre agências de viagens, enquadrando os novos desafios;

c) A simplificação e abertura das atividades de animação turística, com redução muito robusta de burocracias e taxas e provocando uma explosão no número de novos negócios;

d) A desregulação de algumas profissões, criando condições para que o arrojo, a modernidade e a inovação fossem mais relevantes;

e) A simplificação da regulação do alojamento local, que existia desde 2008, mas que empurrava toda a gente para a clandestinidade;

f) A desburocratização dos vários licenciamentos, desde logo da animação marítimo-turística, com eliminação muito significativa de formalidades e taxas;

g) A radical alteração da política de promoção do país, despolitizando-a, utilizando novos métodos.

Foram estas reformas, entre várias outras, que permitiram um salto tão grande na

competitividade do país.

Tive a honra de continuar algumas, que me foram deixadas pela Cecília Meireles, e de iniciar várias outras, sempre com a determinação de quem acredita na liberdade económica como eixo central das políticas públicas.

“Sou liberal”, assim me citavam os jornais na minha primeira intervenção como secretário de Estado do Turismo: “Sou liberal. Nem tudo é mau nesta coisa de ser liberal. Não estou do lado do Estado, estou do vosso lado.”

E foi isso que fiz, com orgulho e denodo.

Nem tudo foi bem feito, nem tudo foi feito, nem tudo merece aplauso. Mas o balanço dessas políticas assentes na liberdade económica não pode senão ser positivo, fundamentalmente positivo – tão positivo que deveria ser exportado para todas as áreas da economia.

E isso é o que defendo no programa eleitoral que acabo de coordenar. Um programa que assenta na liberdade económica: afinal, se resultou, para quê mudar? ■

Até que, à conta de reformas que começaram em 2012, o país deu um inédito salto de cinco lugares.



ADOLFO
MESQUITA NUNES

**“Nem tudo
foi bem feito, nem
tudo foi feito, nem
tudo merece
aplauso.”**

PÁGINA 27



CAIS DA PEDRA

Ferry já tem lugar escolhido no porto de Lisboa

Depois do compromisso de a Madeira ter ligação via ferry com Lisboa todo o ano, um estudo produzido pelo Porto de Lisboa indica o Cais da Pedra como o local mais viável para a operação.

Por **Alberto Pita**
albertopita@jm-madeira.pt

Já está em marcha o processo para que a ligação ferry semanal entre a Madeira e Lisboa possa ser uma realidade.

O JM sabe que foi realizado um estudo pelas autoridades envolvidas no processo e que, na análise comparativa entre possíveis locais em Lisboa, o Cais da Pedra, situado entre o Terminal Multiusos do Beato e o Terminal de Cruzeiros, é a solução que se apresenta com maior viabilidade.

O estudo foi produzido pelo Porto de Lisboa e avaliou um conjunto de locais na capital portuguesa que poderiam receber o ferry, tendo por base um conjunto de critérios: "a extensão de cais,

fundos, espaço de plataforma para localizar as instalações de tratamento do embarque/desembarque de passageiros, dos serviços alfandegários e dos serviços de segurança, acessibilidades rodoviárias e espaço para embarque/desembarque de veículos e proximidade de transportes públicos".

Das possibilidades avaliadas, a análise aponta o Cais da Pedra, com um comprimento de cerca de 160 metros e fundos de 5,50 metros, como a solução mais viável atendendo aos critérios definidos nesta prospeção.

Recorde-se que, tal como o JM avançou em primeira mão no final de agosto, Paulo Cafófo conseguiu o compromisso de António Costa para que a Madeira passe a ter uma ligação ferry todo o ano entre a Madeira e Lisboa. Dias mais tarde,

na visita à Madeira para a rentrée nacional do PS, Costa confirmou a informação que agora tem novos avanços, nomeadamente sobre a localização da acostagem em Lisboa, que, ao que tudo indica, será então no Cais da Pedra.

O Cais da Pedra é uma localização privilegiada no Porto de Lisboa para a maximização das possibilidades de mobilidade intermodal do ferry, criando um novo interface de transporte entre Portugal Continental e a Região Autónoma da Madeira. Por um lado, a nível de transportes públicos, situa-se junto às estações ferroviárias e de metropolitano de Santa Apolónia. Por outro, usando viatura própria, está a 15 minutos de acesso à rede de auto-estradas e a cinco minutos da Praça do Comércio.

O JM sabe também que a análise

comparativa para a escolha do cais tomou como referencial o navio de passageiros Volcan de Tijarafe, que efetuava a ligação entre o Funchal e Portimão, dado não haver ainda informação sobre as características da embarcação que futuramente fará a ligação, nomeadamente "as suas dimensões, calado operacional e outras características que importe considerar".

A análise assume então que a ligação possa vir a ser feita por uma embarcação com 154 metros de comprimento, 24 metros de largura, 5,70 metros de calado, capacidade para 1.000 passageiros, 300 veículos ligeiros de passageiros ou 174 carros e 57 reboques. Como equipamento de carga é considerado uma rampa-coors de duas proas, com um comprimento de 16 metros por 8 metros de largura.

1.000

O ESTUDO teve por base um ferry com capacidade para 1.000 passageiros, 300 veículos ligeiros de passageiros ou 174 carros e 57 reboques.

"É, sem dúvida, uma excelente notícia", diz Cafófo

A ligação ferry semanal ao continente ao longo de todo o ano é uma das propostas da candidatura do Partido Socialista liderada por Paulo Cafófo. A candidatura propõe o lançamento de um concurso público internacional para uma operação de ferry de 12 meses, com apoio do Governo da República para o financiamento ao abrigo do princípio da continuidade territorial. Para Paulo Cafófo, a ligação marítima Funchal-Lisboa permitirá alargar a base de potenciais utilizadores da ligação e maximizar a oferta turística integrada entre as duas cidades, bem como na região atlântica circundante. É de sublinhar que, segundo estudos da Organização Marítima Internacional e da Comissão Europeia, a mobilidade marítima é um dos meios de transporte de longa distância mais energeticamente eficientes e com menor impacto ambiental.

O avanço agora conhecido é, para Paulo Cafófo, "sem dúvida uma excelente notícia, e é mais um passo no caminho que faremos para lançar o concurso público internacional da linha ferry na próxima legislatura, com ligação semanal a Lisboa".

Ao JM, o candidato a presidente do Governo Regional apoiado pelo PS afirmou que "o Porto de Lisboa está a fazer o seu trabalho, está a fazer os devidos estudos e planeamento, encontrando uma solução técnica viável, cómoda e segura para todas e todos os que viajam, e cumprindo todas as necessidades seja em termos de acessibilidades, transportes públicos e proximidade ao centro de Lisboa. Vamos ter uma linha ferry viável e a longo prazo, cumprindo com a continuidade territorial. É o nosso compromisso".

FOTO DR

jm-madeira.pt

O jornal da Madeira

CORAL 50 Anos
SUMMERLAND
A FESTA DA TUA VIDA!

FALTAM
4 DIAS

SÁBADO 14 SETEMBRO
PARQUE DESPORTIVO DE ÁGUA DE PENHA

ÚLTIMOS BILHETES À VENDA
compra JÁ o teu
VAMOS ESGOTAR ÁGUA DE PENHA

AUTOCARROS GRATUITOS - FUNCHAL | ÁGUA DE PENHA | FUNCHAL
SAÍDAS DO FUNCHAL A PARTIR DAS 20H30

Ferry já tem lugar no porto de Lisboa



O Cais da Pedra, entre o Terminal Multiusos e o Terminal de Cruzeiros, é o local mais indicado para acolher o ferry que vai ligar a Madeira a Lisboa. O espaço apontado, que fica próximo da Estação de Santa Apolónia, resulta de um estudo concluído pelo porto de Lisboa nas últimas semanas. Pág. 4

JUSTIÇA

Processo à TAP ainda não avançou

14 meses depois da ameaça, o Governo Regional ainda não formalizou qualquer ação contra a companhia. O executivo reconhece que se trata de um processo de "elevada complexidade". Pág. 15

CINEMA

Ilha pode ser um paraíso e uma prisão

Ator principal de 'Cartas de Fora' explica o contexto do filme que recorda os dramas da emigração. João Augusto Abreu é também o responsável pela banda sonora. Págs. 24 e 25



RESGATE

Três tartarugas salvas numa semana no mar da Madeira

Pág. 11

VIOLÊNCIA

Xenofobia na África do Sul já preocupa a ONU

Pág. 19



Recomeça Jazz nas Adegas

O Jazz nas Adegas vai recomeçar no dia 5 de outubro, pelas 18h, "com uma sessão diferente e itinerante, que permitirá aos participantes conhecerem e desfrutarem do património histórico e monumental desta localidade", anuncia a Câmara Municipal de Silves.



Feel Good Band é o convidado musical, que, ao longo de um percurso que inclui diversos locais importantes dentro da cidade, conduzirá musicalmente esta viagem, que passa pela Praça Al-Muthamid, Castelo de Silves e Teatro Mascarenhas Gregório, onde haverá um pequeno concerto final. Em todos os pontos de paragem haverá degustação de vinhos de produtores do concelho de Silves e momentos musicais, o que fará desta uma sessão especial e diferente e para a qual todos são convidados a vir preparados com calçado e roupa confortável para caminhar.

O Jazz nas Adegas é organizado pela Câmara Municipal de Silves e integra, mais uma vez, a programação cultural 365 Algarve, contando com produção artística do Ginásio Clube de Faro. Trata-se de uma iniciativa que pretende dinamizar culturalmente os locais onde se produzem os Vinhos de Silves e valorizar o património material e imaterial do concelho.

Os ingressos têm um custo de 12 euros e estão à venda na plataforma BOL em <https://cmsilves.bol.pt/> e nos locais habituais.



Festival da Comida Esquecida começa em São Marcos da Serra

O Festival da Comida Esquecida, que de outubro a maio irá percorrer nove concelhos algarvios, terá o seu primeiro evento na Azilheira, freguesia de São Marcos da Serra, no dia 19 de outubro. Será um "Piquenique de Charme" à moda dos anos 30, 40, mas com um menu elaborado pelo chefe Abílio Guerreiro. A experiência inicia com um pequeno percurso interpretativo para dar a conhecer a identidade do lugar e conta com a participação de acor-

deonistas e bailarinos de folclore, que irão dançar o corridinho Algarvio.

O acesso piquenique é limitado e os bilhetes já se encontram à venda na plataforma BOL, por um preço de 20€ (gratuito para crianças até aos 7 anos).

O Festival da Comida Esquecida é um evento integrado na programação do 365 Algarve, que em outubro se inicia, e propõe aos visitantes piqueniques inspirados nos anos 30 e 40, experiências culinárias em locais monu-

mentais do Algarve, passeios nas hortas com recolha de alimentos e aulas de cozinha, e uma festa de encerramento dedicada à comida das famílias algarvias.

É promovido pela Cooperativa QRER, sendo uma conceção coletiva das suas cooperantes Barroca, Produtos Culturais e Turísticos e Alexandra dos Santos Design, contando ainda com a colaboração de Pedro Bartilotti.

TerraRuiva

JORNAL DO CONCELHO DE SILVES

www.terraruiva.pt

Setembro de 2019
ANO XIX - Nº 215
0,70 Euro

Directora: Paula Bravo
Publicação Mensal

<p>Legislativas</p> <p>19 partidos no boletim de voto</p> <p style="font-size: small;">pág 7</p>	<p>Água</p> <p>Barragens em queda</p> <p style="font-size: small;">pág 3</p>	<p>Cinema</p> <p>Curtas em Silves</p> <p style="font-size: small;">pág 19</p>	<p>Algoz</p> <p>Vales de Algoz com Plano de Pormenor</p> <p style="font-size: small;">pág 5</p>
--	--	---	---

Silves combate perdas de água
E alarga rede de abastecimento

p 3

MERCADO 100% Local

FESTIVAL DA COMIDA ESQUECIDA

PRODUTOS E SABORES JUNTAM-SE EM MESSINES E SÃO MARCOS DA SERRA

Produtos e Sabores juntam-se em Messines e São Marcos da Serra
Mercado 100% Local e Festival da Comida Esquecida

p 10

Editora Kimahera junta cerca de 40 artistas no 14º aniversário

Pedro Pinto traça o percurso desta "aventura"

p 15




Distinções de Mérito Municipal atribuída a atletas e personalidade do concelho

p 2, 13 e 14 Silves

Entrevista a Aurélio Nuno Cabrita

"Gosto de olhar para uma casa e questionar-me por que é assim"

p 8 e 9



Escola Secundária de Silves faz 100 anos

p 16

Parque de Feiras e Exposições de Messines vai ser inaugurado

p 20

Pub.

Teófilo

DESDE 1940 AO SERVIÇO DO ALGARVE

DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS
INDÚSTRIA DE ALFARROBA

Rua João de Deus, 63 * 8375-127 São Bartolomeu de Messines
Tel. (+351) 282 333 330/3 * Fax (+351) 282 333 347
E-mail geral: teofilo@teofilo.com.pt
www.teofilo.com.pt



Impacto do Brexit

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=9933a370-8ddd-4ee4-8cd7-ee03730f183c&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

António Costa garante que o país está preparado para o impacto da saída do Reino Unido no turismo.

Repetições: RTP 3 - Bom Dia Portugal , 2019-09-10 07:46

Almargem diz que Cidade Lacustre de Vilamoura "é um dos maiores atentados cometidos sobre o ambiente no Algarve"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/09/2019

Melo: Algarve Primeiro Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=33e2dee5>

Terminou esta segunda-feira, 9 de setembro, a Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento da Cidade Lacustre de Vilamoura, que consumou, segundo a Almargem o "avanço daquele mega-emprego".

A Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, aponta em comunicado que o projecto em causa integra-se na designada 2ª Fase do Plano de Urbanização de Vilamoura, mais conhecido por Vilamoura XXI, que contempla a construção de uma rede de canais e três lagos (a juntar a um outro já existente) de água salgada, em torno dos quais serão edificados mais de 1.000 edifícios, somando mais de 2.500 camas, para uma área de cerca de 100 hectares "grande parte da qual ocupada por aquela que é considerada umas das maiores manchas de caniçal do país".

A Almargem considera esta situação "inaceitável", na medida em que a Avaliação do Impacto Ambiental por exemplo, "ignorou por completo a necessidade de avaliação conjunta das várias componentes do projecto em tempo útil, tornando-o definitivamente num facto consumado, inviabilizando a análise séria da magnitude dos impactos gerados pelo projecto, de forma isolada, mas também cumulativamente com os outros projectos semelhantes, e mais uma vez, sem apresentação de qualquer alternativa digna dessa designação".

Realça também que o projeto em si, "é um dos maiores atentados cometidos sobre o ambiente no Algarve - que irá afundar o pouco que resta daquela que foi outrora a maior propriedade agrícola da região".

Os responsáveis da associação, referem que "não deixa de ser irónico que o concelho que travou recentemente (e bem) o avanço de um projecto bem próximo, em Quarteira, com o argumento dos efeitos das Alterações Climáticas, nomeadamente a subida do nível do mar, seja o mesmo que permita agora aprovar um outro que vai inundar parte do seu litoral com água do mar".

A Almargem lembra diversas conclusões anunciadas pela comunidade científica sobre a subida do nível do mar, secundadas pelas conclusões do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL, onde se prevê que até 2100 este possa subir até 1,6m, o que levará à inundação de várias zonas da costa algarvia, com particular incidência no setor entre a Praia de Faro e Quarteira, incluindo o litoral de Vilamoura".

Em conclusão é exigida a recuperação destes habitats "que têm sofrido uma elevada degradação causada pelo impacto humano e a presença de espécies invasoras".

"Fazer navegável o rio Arade é primordial para a região"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/09/2019

Melo: Jornal do Algarve Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6ef743f7>

Voltar a fazer o rio Arade navegável desde Portimão até à antiga capital da região do Algarve, sem estar dependente das marés, é um sonho recorrente em Silves, já com mais de duas décadas. Em entrevista ao JORNAL do ALGARVE, a presidente Rosa Palma exige que o Governo cumpra a promessa de investir urgentemente no desassoreamento do rio, considerando que este é "um projeto prioritário para o desenvolvimento da cidade, do concelho e da região do Algarve". A autarca da CDU explica ainda porque é a única presidente de câmara a rejeitar a taxa turística no Algarve e quais as obras e investimentos prioritários para o concelho nos próximos dois anos

Jornal do Algarve - Há mais de duas décadas que Silves aguarda com expectativa a realização do projeto de navegabilidade do Arade, sendo que a presidente colocou este assunto no topo da sua agenda. Porém, não há meio de estas obras começarem...

Rosa Palma - O desassoreamento do rio Arade tem sido uma promessa adiada ao longo dos tempos. Obviamente que eu não culpo ninguém pelo assoreamento do rio, que se deve a circunstâncias da própria natureza e à ocupação humana. Mas não podemos esquecer essa necessidade primordial de desassorear o rio até Silves, por tudo o que isso pode representar para o concelho e para a região. Basta recordar os tempos que foram recriados nesta última feira medieval, que recuou 844 anos, até uma época em que o Arade era navegável e existia um importante porto nesta cidade - que era a capital do Algarve - onde se faziam trocas comerciais. Ora, eu e a população não estamos a pedir para que tenhamos aqui novamente um porto de trocas comerciais, mas que tenhamos apenas um rio navegável, que não esteja tão dependente das marés. Isso pode fazer toda a diferença para o nosso concelho, mas também para a região.

J.A. - E o que pode representar para Silves e para a região um rio navegável?

R.P. - A navegabilidade do Arade até à cidade iria trazer certamente uma maior riqueza ao concelho, mas também a toda esta zona que - é preciso não esquecer - está inserida no interior algarvio. Trata-se de um projeto prioritário para o desenvolvimento da cidade, do concelho e da região do Algarve, encontrando-se há muitos anos inscrito e referenciado nos principais documentos que definem a estratégia regional. Portanto, não há dúvidas da sua importância.

J.A. - Apesar disso, o projeto ainda não passou do papel. Acredita que ainda será possível concretizar esta antiga aspiração dos silvesenses a curto ou médio prazo?

R.P. - Eu espero sinceramente que sim. Infelizmente, quando as pessoas falam do Algarve, focam-se sobretudo na zona do litoral e das praias. Nesse sentido, a navegabilidade do Arade iria fazer as pessoas olharem para o Algarve com outros olhos e alavancar todas as potencialidades do interior. Por isso, mantemos a expectativa de que o Governo passe das palavras aos atos, promovendo efetivamente o restabelecimento da navegabilidade do rio Arade. Quero acreditar, pelo menos, que esta questão está na ordem do dia para a administração central. Infelizmente, acho que as pessoas ainda não avaliaram - se calhar por desconhecimento - a importância que tem este desassoreamento do Arade. Quando houver alguém que veja e perceba aquilo que a região poderá ganhar com a navegabilidade do rio, então o desassoreamento será concretizado rapidamente. Até lá, continuamos à

espera de um génio da lamparina...!

J.A. - O que está a travar este projeto, já que, em 2005, um estudo de impacte ambiental conclui que a navegabilidade entre Portimão e Silves apenas implicaria prejuízos temporários para o ambiente, dando assim luz verde ao início das dragagens?

R.P. - O problema na altura e o de agora é o mesmo: falta de dinheiro! A verdade é que o projeto de navegabilidade do rio Arade até à cidade de Silves constou todos estes anos dos planos de intervenção dos governos, mas como uma rubrica em aberto, isto é, teve sempre uma dotação orçamental muito reduzida para a realização da obra. (Em 2011, por exemplo, a obra de navegabilidade do rio Arade, que estava estimada em quase seis milhões de euros, apenas recebeu uma verba de 50 mil euros). Ainda assim, continuam a dizer que o projeto de navegabilidade vai ser concretizado. Acho que, de certa maneira, querem acalmar-nos nas nossas ambições. Mas posso garantir que vamos continuar a mostrar que este é um projeto extremamente importante para a região. Ainda por cima, as questões mais importantes já foram ultrapassadas, uma vez que não há receios de impactos ambientais negativos e o destino das dragagens, cujas areias são muito ricas em termos orgânicos, já está definido, podendo ser utilizadas nos campos de golfe.

J.A. - É a única presidente de câmara do Algarve a opor-se à taxa turística. Porque é que esta taxa não faz sentido no seu entender?

R.P. - Não considero que a criação de mais uma taxa seja positivo. E também não concordo com esta medida por uma questão de princípio, pois não acho correto estar a colocar na mão do poder local a premissa de criar taxas sobre algo. Esse princípio está errado por si só e abre um grave precedente, até porque uma taxa requer uma troca com a pessoa que está a pagar. E o que é que nós vamos fazer a uma pessoa que nos visita e dorme cá? Cobrar mais dinheiro. E se um turista ficar insatisfeito com a experiência, poderá reclamar sobre o assunto ou ter algum direito? São questões que não foram esclarecidas. Por isso, acho que o princípio em si está errado e tem de ser reavaliado, tal como acontece com a taxa de proteção civil. As autarquias não podem estar a substituir as respostas que têm de ser dadas pela administração central, até porque existem verbas nesse sentido, não estão é bem divididas. Acho que, em vez da criação da taxa turística, devia-se refletir mais na distribuição das verbas que todos os contribuintes pagam através dos seus impostos. Em conclusão, acredito que a criação desta taxa redundará num fator de maior desigualdade territorial, para além de produzir efeitos contraproducentes na promoção da atividade turística.

J.A. - Mas o que vai acontecer se todos os outros municípios começarem a aplicar a taxa turística? Silves abdica dessas receitas, sendo que a AMAL espera arrecadar 20 milhões por ano?

R.P. - Não acontece nada. Silves fica de fora e não vai cobrar nada aos seus visitantes. É muito fácil pedir 1,5 euros por noite a quem nos visita e não vota cá, porque é o elo mais fraco. E é verdade que esta taxa vai trazer milhões, também não tenho dúvidas disso. Mas se o princípio é errado e eu não concordo com ele, vou continuar a defender a minha posição.

J.A. - E os 20 milhões por ano que podiam ser distribuídos pelos 16 municípios...?

R.P. - Tenho conhecimento que, após a introdução da taxa turística, a AMAL vai criar uma bolsa para aplicação dessas receitas em medidas de desenvolvimento regional. Ora, como Silves não irá buscar verbas dessa taxa, então terá de participar nesses projetos com os fundos municipais, como até aqui. Agora, não me venham tapar o sol com a peneira, a dizer que se trata de uma taxa altamente necessária - nomeadamente para financiar a limpeza das praias, o saneamento e abastecimento de água, a recolha do lixo -, porque há responsabilidades que competem às câmaras e outras que são da administração central. E, nestes casos, a administração central tem muito mais responsabilidades que os municípios.

J.A. - E o que pensa do processo de descentralização em curso?

R.P. - A descentralização de que tanto se fala e que está a ser apresentada como a galinha dos ovos de ouro, não é assim. Veja-se o caso da saúde: agora já se conseguem diagnosticar todos os problemas que existem ao nível do sistema de saúde - como a falta de administrativos e a necessidade de obras nos centros de saúde -, e querem passar essa responsabilidade aos municípios nessas circunstâncias? As câmaras não podem, nem devem, retirar verbas dos seus orçamentos municipais para assegurarem competências que são da administração central. É preciso frisar que os orçamentos municipais já são curtos para assegurar as condições primárias como o abastecimento de água e saneamento às populações, a recolha de resíduos, a manutenção dos equipamentos públicos, entre muitas outras áreas, por isso, não é correto entregarem competências aos municípios quando as coisas não estão em condições, como é o caso da saúde, mas também em muitas outras áreas. É por isso que eu defendo o diálogo e a concertação de ações em vez de medidas populistas.

J.A. - Que outras competências é que a autarquia tem que não devia ter?

R.P. - Outro exemplo são as escolas que os municípios têm a seu cargo. A administração central, através do Ministério da Educação, dá-nos apenas 20 mil euros por ano para as necessidades de manutenção. E só a escola de São Bartolomeu de Messines precisou este ano de 60 mil euros em trabalhos de pintura, enquanto na escola de Armação de Pêra esse valor ascendeu aos 87 mil euros. E todas as escolas do concelho precisam de novos equipamentos, que custam fortunas. Isto para não falar da contratação de funcionários para garantir o funcionamento das escolas, que também são pagos pela câmara. Ora, por isso é que defendo que, para avançar efetivamente com a descentralização, é preciso analisar o que está errado com o pacote que já foi transferido e começar a melhorar as coisas. Nunca vamos deixar de exigir ao Governo que cumpra com as suas obrigações legais e constitucionais, que são muito mais vastas do que as das autarquias.

J.A. - Qual é o desafio ou a prioridade que está no topo da sua lista até ao final deste mandato?

R.P. - A principal prioridade da câmara neste momento é a construção da escola EB1 de Silves. O concurso já está aberto e esperamos sinceramente acabar a obra até ao final do mandato (2021), porque é uma grande necessidade do nosso concelho, assim como a escola de Alcantarilha, que também está a avançar. Estas duas escolas requerem muitos cuidados e as crianças merecem ter um bom espaço. A escola de Silves é muito antiga e foi interditada há quase dois anos porque estava em risco de ruir, tendo os alunos sido transferidos para a outra escola. Neste momento, estamos apenas à espera que a CCDR confirme o financiamento, que anda na ordem dos 1,5 milhões de euros.

J.A. - E pode revelar outros investimentos importantes que estão na calha para incentivar o desenvolvimento do concelho?

R.P. - Em termos de grandes obras, ainda temos que responder a necessidades primárias da população, em termos de água e saneamento, porque este concelho ficou muito para trás nos últimos anos nestas áreas, derivado de um grande desinvestimento nestes setores. Por isso, em primeiro lugar, estamos a substituir todas as condutas que já existem, o que exige um grande trabalho, apesar de parecer uma tarefa rotineira. A verdade é que esta é uma obra muito importante para as pessoas. Atualmente, na assembleia municipal, ainda há moradores de algumas zonas a reclamar a falta do bem essencial que é a água, o que já não devia acontecer nos tempos atuais. Além disso, estamos também a substituir as redes obsoletas e a estendê-las a mais zonas, para fazer chegar a água a toda a população.

J.A. - E há mais grandes obras previstas para o concelho até ao final deste mandato?

R.P. - Sim. Também queremos concretizar ainda neste mandato outro projeto importante, em Armação de Pêra. Em toda a baixa de Armação de Pêra foi diagnosticado um grave problema que surgiu do seu desenvolvimento repentino e da construção desenfreada, que não foi acautelado aquando do início da sua expansão urbana. Em resultado, hoje em dia não conseguimos dar resposta

ao nível de saneamento e de abastecimento de água nesta zona. E quando chove no inverno temos sempre inundações na baixa, que estão associadas à construção, já que não existe um declive que permita à água da chuva escoar para o mar. Para piorar a situação, a água da chuva mistura-se com a água do saneamento em algumas zonas e isso tudo provoca consequências muito graves. Se chovesse durante o verão, então, ainda teríamos um problema mais grave em Armação. Por tudo isto, esta também é uma das grandes obras a que estamos a dar prioridade. Outro projeto que estamos a concluir e que será apresentado em breve é a Rota da Laranja, que será uma forma de promover e divulgar o concelho de Silves e a região do Algarve, levando as pessoas a terem uma motivação para conhecer melhor esta zona do Algarve. Outra das nossas ambições é dar uma nova dinâmica ao pavilhão da Fissul, um equipamento que quando foi inaugurado era de vanguarda, mas que hoje precisa de uma atualização.

J.A. - As pessoas são exigentes com os pedidos à câmara?

R.P. - As pessoas não são muito exigentes em termos de pedidos à câmara municipal e a mim. O mais importante para elas são os problemas do dia a dia e nós tentamos dar resposta o mais rapidamente possível aos seus anseios. Infelizmente, deparo-me muitas vezes com processos e procedimentos complexos que impedem uma resposta adequada aos problemas dos munícipes. Por exemplo, estamos a fazer um estudo ao nível do concelho para tentar diminuir a velocidade dos automóveis em determinadas localidades. Ora, já lá vão quase dois anos e o estudo ainda está a ser elaborado. É difícil para as pessoas perceberem que estas coisas são necessárias e levam o seu tempo. Eu própria, que sou presidente da câmara, tenho alturas em que também tenho dificuldades em aceitar esses atrasos. Mas também é preciso compreender que estas coisas têm de ser ponderadas, estudadas e bem avaliadas e, neste caso em concreto, por exemplo, é mesmo necessário realizar um estudo técnico antes de avançar com as medidas no terreno. Apesar de todo este processo demorado, vamos começar já a colocar em alguns locais mais perigosos algumas passadeiras e lombas provisórias para aumentar a segurança de peões e automobilistas.

J.A. - Era professora quando foi convidada pela CDU para candidatar-se à presidência em 2013. Como está a ser esta "experiência" na política?

R.P. - Apesar de ter assumido este cargo, continuo a dizer que sou professora. É claro que não me revejo em determinadas situações que são reveladas na comunicação social, que levam as pessoas a pensar que os políticos são todos iguais e a colocá-los a todos no mesmo saco. Eu percebo porque é que isso acontece. Efetivamente, é comum ver muitos políticos que estão numa posição de governação a "saltar" para empresas que estiveram antes a trabalhar para a administração central. Isto desacredita completamente a classe, porque a política não é isto, é algo nobre. Defendo, por isso, que devia existir uma formação política em vez de estarmos todos a sofrer as consequências do carreirismo político. Eu estou livre para falar disto porque era professora quando fui convidada pela CDU para candidatar-me em 2013. Mas não há ninguém a dizer-me qual a diretriz que devo seguir. Ou seja, eu defendo apenas aquilo em que acredito e que acho que é o melhor para a população, e não faço as coisas porque o meu partido manda. Mas é claro que, nesta posição, ouvimos sempre coisas que não gostamos, incluindo ataques pessoais que nada têm a ver com a política.

J.A. - Vai recandidatar-se nas próximas eleições à Câmara de Silves (2021). Já tomou essa decisão?

R.P. - Ainda é um pouco cedo para falar disso. Posso dizer-lhe que nestas funções ganhei amigos e inimigos. A melhor parte são as pessoas com que contacto no dia a dia e que mostram o seu carinho. Infelizmente, também existem pessoas que nos atacam. Mas estou nestas funções num espírito de equipa, com o restante executivo autárquico, porque quero mostrar às pessoas que é possível fazer algo por entrega e dedicação.

(ENTREVISTA PUBLICADA NA ÍNTEGRA NA ÚLTIMA EDIÇÃO DO JORNAL DO ALGARVE)

Share this: [Click to share on Facebook \(Opens in new window\)](#) [Click to share on Twitter \(Opens in new window\)](#)

window)Click to email this to a friend (Opens in new window)Click to print (Opens in new window)Click to share on WhatsApp (Opens in new window)Click to share on Pinterest (Opens in new window)More

Favorecer veículos elétricos entre Algarve e Andaluzia arranca com 300 mil euros

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/09/2019

Melo: Postal do Algarve Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=36cbb191>

Ouvir

O incentivo à mobilidade elétrica em zonas de interesse ambiental e turístico do Algarve e da Andaluzia é a missão do projeto Garveland, desenvolvido ao abrigo do Programa Europeu de Cooperação Transfronteiriça INTERREG VA Espanha-Portugal (POCTEP), avança o EXPRESSO.

Pretende-se mostrar planos de mobilidade elétrica para zonas de interesse turístico ou ambiental (Foto D.R.)

Desenvolvido por duas entidades espanholas - a Agência de Energia da Andaluzia e a Federação Andaluz de Municípios - e duas portuguesas - a Associação Portuguesa do Veículo Elétrico (APVE) e a Agência de Energia do Algarve (AREAL) -, o projeto está a "analisar, estudar e criar documentos" de apoio que permitam favorecer a utilização veículos elétricos dos dois lados da fronteira, explicou à Lusa o diretor da AREAL, Cláudio Casimiro.

O responsável referiu que o Garveland "visa desenvolver ações entre o Algarve e a Andaluzia para fomentar a mobilidade elétrica, nomeadamente em zonas de especial interesse turístico e ambiental", como o Parque Natural da Ria Formosa e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim, no Algarve, em Portugal, ou o Parque Nacional de Doñana, na região espanhola da Andaluzia.

"É um projeto que visa articular e desenvolver a mobilidade elétrica e associar a mobilidade elétrica aos locais de interesse turístico, para levar as pessoas aos locais turísticos de uma forma mais sustentável, através de veículos elétricos", afirmou o diretor da AREAL.

O projeto tem uma "verba global disponível de 300.000 euros" e, no final, vão ser produzidos documentos e plataformas eletrónicas para mostrar a oferta de mobilidade elétrica existente nas duas regiões, mas também planos de mobilidade elétrica para essas zonas de interesse turístico ou ambiental e para os municípios.

Além da caracterização do que já existe na área da mobilidade elétrica em ambas as regiões, como o tipo de viaturas, os pontos de carregamento ou as zonas de interesse turístico onde podem ser introduzidas estas soluções, o Garveland criou uma plataforma para permitir a participação e o esclarecimento de municípios e outros promotores turísticos interessados, adiantou.

"Agora estamos numa fase de desenvolvimento de projetos-piloto. Contactámos dois parques ambientais, o Parque Natural da Ria Formosa e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim, e vamos fazer um estudo dedicado à mobilidade elétrica nesses parques", contou Cláudio Casimiro, frisando que o mesmo está a ser feito pelos parceiros espanhóis em zonas como o Parque de Doñana.

Este trabalho também abrange municípios, como Loulé, Silves e Castro Marim, onde estão "a ser elaborados planos de mobilidade elétrica", acrescentou.

A última fase é a constituição de uma "plataforma de informação geográfica", com "os percursos

existentes no Algarve - como rotas dos vinhos ou no interior" - para que "quem alugue um carro elétrico em Faro disponha de informação à partida que lhe permita sair da cidade num carro elétrico, visitar o Parque da Ria Formosa, seguir depois para a Reserva de Castro Marim e, porque não, ir também ao Parque Nacional de Doñana, ou vice-versa".

Segundo Cláudio Casimiro, a ideia é criar documentos para divulgar gratuitamente a todos os interessados, na expectativa de "melhorar a parte da oferta" na mobilidade elétrica, "porque já há procura" e o "turismo ambiental e sustentável á cada vez menos de nicho e mais de massas".

E quando os turistas puderem aceder a essa oferta, poderão ter "a experiência temporária de utilização de um veículo elétrico" e constatarem "como a sua utilização pode ser vantajosa e mais sustentável no dia-a-dia", concluiu.

LUSA

Facebook Comments

Redacao



Linha de apoio para o Turismo Sustentável

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=cd0bdb66-29d9-4fac-b796-8d3cde1c9098&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

O chamado turismo sustentável conta com o apoio do Estado, mas a procura por parte dos empresários tem ficado aquém do que era esperado pelo Governo. O executivo criou uma linha de apoio de 20 milhões, mas até agora, foram apenas aprovados projetos num total de 6 milhões. Declarações de Ana Mendes Godinho, Secretária de Estado do Turismo; Xander Bueno de Mesquita, dono do "Hotel QO Amsterdam", Sérgio Ribeiro, Presidente da "Planetiers".

Repetições: TVI 24 - Diário da Manhã , 2019-09-10 07:54

TVI - Jornal da Uma , 2019-09-10 14:14

Medina já tem acordo para novo Centro de Congressos em Lisboa

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	10/09/2019
Melo:	Dinheiro Vivo Online	Autores:	Ana Margarida Pinheiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b1912773>

Anúncio deverá ser feito pelo presidente da câmara de Lisboa ainda em 2019. Primeiro-ministro diz que falta fechar 'números' com a Fundação AIP.

A solução para o futuro dos congressos em Lisboa está encontrada e é junto à nova FIL, no Parque das Nações, falta apenas entendimento sobre quanto e como será financiado o projeto. O anúncio foi feito ontem por António Costa e põe um ponto final às dúvidas que permaneciam relativamente ao modelo que irá ser desenhado para assegurar eventos de grande capacidade em Lisboa, como a Web Summit, mas não só.

"O Turismo de Congressos é crucial para o nosso País e espero que muito brevemente a cidade de Lisboa esteja em condições de poder avançar, ou melhor, concretizar, um projeto há muito ambicionado, muitas vezes discutido mas que tem finalmente as vontades todas alinhadas e é só chegar àquela fase, sempre difícil, que é discutir quanto cabe a cada um para se poder alcançar este objetivo", disse ontem o governante, que foi convidado pela Confederação do Turismo de Portugal a despir a pele de primeiro-ministro e a vestir a de secretário-geral do Partido Socialista para falar sobre o futuro da indústria do Turismo.

No debate atentamente seguido pelos presidentes e gestores dos maiores grupos hoteleiros nacionais, operadores turísticos, associações e companhias aéreas, como a TAP, Costa não levantou o pano em relação à solução que foi encontrada mas, à margem do evento, o primeiro-ministro revelou que "a solução está encontrada e é junto à nova FIL. O que falta discutir são os pormenores", disse Costa. Mais novidades só esperando por Fernando Medina que, pelas indicações "antes do fim do ano anunciará a solução".

O resultado do acordo deverá permitir cumprir a obrigação assumida perante a Connected Intelligence Limited (CIL), empresa que organiza a Web Summit, de ter mais espaço para receber o evento. Ficou claro, em outubro de 2018, aquando do anúncio, que mais espaço iria traduzir-se na expansão da FIL, no Parque das Nações. Mas ao longo dos meses tornou-se evidente o desconforto da Câmara em relação a este modelo tendo havido, como noticiou o Expresso, um envolvimento direto do presidente na busca por uma solução alternativa ou complementar ao projeto que chegou a ser anunciado pela FIL e que prevê uma duplicação para um mínimo 90 mil metros quadrados (m2) dos espaços de exposição permanente, até 2021. A par destas negociações, Paddy Cosgrave, CEO da Web Summit mostrou através das redes sociais que estava em Portugal para procurar locaizações alternativas para albergar o grande evento de tecnologia, demonstração que foi recebida em Portugal como uma forma de pressão perante as indecisões de Lisboa.

No final de maio, a diretora da Associação de Turismo de Lisboa avançou mesmo ao Dinheiro Vivo que via com bons olhos a possibilidade de um novo grande centro de congressos. Mas não escondia que "o principal desafio é ter um espaço apto para receber eventos associativos e corporate para mais de seis mil pessoas, que tenha as infraestruturas adequadas e uma boa acessibilidade à hotelaria. Esta é uma lacuna na competitividade de Lisboa relativamente a cidades concorrentes, nomeadamente, Viena, Barcelona, Paris, Londres, Madrid, Estocolmo, Berlim, Amesterdão e Praga, que já investiram em

equipamentos com esta dimensão e polivalência".

O Dinheiro Vivo contactou a ATL e a CML mas não obteve resposta até ao fecho desta edição. A Fundação AIP optou por não prestar quaisquer comentários.

Partilhe esta notícia

Ana Margarida Pinheiro